POSICIONAMENTOS DO LOCUTOR-ENUNCIADOR EM CONTEXTOS DE IMPUTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA NO TEXTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO[1]

POSITIONS OF SPEAKER/ENUNCIATOR IN CONTEXT OF IMPUTATION OF ENUNCIATIVE RESPONSABILITY ON ACADEMIC-SCIENTIFIC TEXTS

Rosângela Alves dos Santos Bernardino[2]

RESUMO: O trabalho investiga a responsabilidade enunciativa em textos acadêmicos produzidos por pesquisadores iniciantes, buscando especificamente descrever e interpretar os posicionamentos enunciativos do primeiro locutor-enunciador (L1/E1) quando da imputação de pontos de vista (PdV) a enunciadores segundos (e2). Teoricamente, o trabalho pauta-se nos postulados da Análise Textual dos Discursos (ATD), conforme Adam (2011), em articulação com o estudo de Guentchéva (1994), as observações de Authier-Revuz (1998, 2004) sobre a heterogeneidade enunciativa, entre outros autores. Nos textos analisados, mostrou-se mais recorrente a expressão de posicionamentos favoráveis por parte de L1/E1, em situações de retomadas, reformulações e comentários que reafirmam e validam o dizer do outro. Os resultados revelam que o pesquisador iniciante instaura uma forma de diálogo com os PdV alheios, direcionado para a construção de um laço de responsabilização compartilhada.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade enunciativa; artigo científico; pesquisador iniciante; imputação; posicionamento enunciativo.

ABSTRACT: This paper investigates the enunciative responsibility in academic texts written by beginning writers, aiming specifically to describe and to interpret enunciative positions of first speaker/enunciator (S1/E1) at the time of imputation of points of view (PoV) to second enunciators (E2). Theoretically, this paper is based on postulates of Textual Analysis of Discourses (TAD), according to Adam (2011), in articulation with studies of Guentchéva (1994), observations of Authier-Revuz (1998, 2004) about enunciative heterogeneity, among other authors. In the texts analyzed, it was more recurrent the expression of favorable positions by S1/E1 in situations of retaken, reformulations and comments that confirm and validate the speaking of the other. The results show that the beginning researcher establishes a kind of dialogue with unrelated PoV directed to the construction of a bond of shared responsibilization.

---

1 Este trabalho apresenta-se como um recorte da pesquisa de doutorado (BERNARDINO, 2015), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (SIGLA/IES), com o apoio da CAPES e mediado pelo Programa Observatório da Educação (OBEDUC), sob a orientação da Profa. Dra. Maria das Graças Soares Rodrigues. A análise foi originalmente socializada na forma de Comunicação Oral (mas não publicada em sua versão escrita completa), por ocasião do III Congresso Internacional Linguagem e Interação, que ocorreu em São Leopoldo/RS, de 17 a 19 de junho de 2015.

2 Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), atuando na área de linguística no Departamento de Letras Estrangeiras (DLE) do *Campus* de Pau dos Ferros, RN. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na área de concentração em Linguística Aplicada. *E-mail*: ‹rosealves_23@yahoo.com.br›.

KEYWORDS: enunciative responsibility; scientific article; beginning researcher; imputation; enunciative position.

PALAVRAS INICIAIS

Quando consideramos o plano enunciativo da análise textual, ou nível 7, no qual se situa a responsabilidade enunciativa e a coesão polifônica, tal como se concebe na Análise Textual dos Discursos (ATD) proposta por Adam (2011), um dos aspectos que nos tem chamado a atenção diz respeito aos laços de (não) responsabilização (RABATEL, 2013) construídos pelo primeiro locutor-enunciador (L1/E1) ao lidar com pontos de vista (PdV) de outrem. Algumas afirmações teóricas advindas da ATD e do campo enunciativo nos tem permitido, então, refletir sobre o que pensa L1/E1 ao responsabilizar outro locutor-enunciador (e2) pelo conteúdo proposicional de um PdV, entre as quais destacamos:

a) "Os enunciados podem, assim, não ser assumidos pelo locutor-narrador." (ADAM, 2011, p. 115).

b) *um PDV corresponde a um conteúdo proposicional remetendo a um enunciador ao qual o locutor 'se assimila' ou, ao contrário, se distancia.*[3] (RABATEL, 2005, p. 59, tradução nossa).

c) *Quando L1/E1 reconhece o ponto de vista de e2, isso significa que ele não o rejeita, ao mesmo tempo em que não aceita: ele apenas confirma o fato em si significativo de integrá-lo no discurso. É somente em uma etapa posterior [...] que L1/E1 se posicionará em relação a esse PDV imputado, rejeitando ou o aceitando como seu*[4] (RABATEL, 2009, p. 76, tradução nossa).

Trata-se, pois, de afirmações que colocam em evidência a possibilidade de engajamento ou de distanciamento do L1/E1 em relação a um PdV imputado a outrem. No texto acadêmico-científico, esse procedimento da imputação mostra-se indispensável toda vez que o autor mobiliza um discurso que não é seu: uma palavra, uma ideia, enfim, um ponto de vista, sendo isso em função da necessidade de demarcar um lugar teórico e de fundamentar e conferir autoridade a seu próprio dizer. Mas ocorre que, justamente pela necessidade de instaurar uma voz própria, o autor precisa tomar posições enunciativas no discurso e não apenas reproduzir e assumir PdV alheios.

Pensando nessas questões, este trabalho investiga a responsabilidade enunciativa no texto acadêmico-científico, propondo especificamente descrever e interpretar os posicionamentos enunciativos do primeiro locutor-enunciador quando da imputação de pontos de vista a enunciadores segundos. Tendo em vista os contextos de imputação de PdV, nos termos como propõe Rabatel (2009), buscamos verificar como se constroem os laços de (não) responsabilização em relação às vozes alheias citadas no gênero artigo científico, o que nos permite visualizar a dimensão interacional dessas vozes na escrita do pesquisador iniciante.

---

3 *Un PDV correspond à un contenu propositionnel renvoyant à un énonciateur auquel le locuteur « s'assimile » ou au contraire dont il se distancie.*

4 *Lorsque L1 /E1 prend en compte un point de vue de e2, cela signifie qu'il ne le rejette pas, sans pour autant l'accepter: il n'entérine que le fait, en soi déjà significatif, de l'intégrer dans son discours. C'est seulement dans une étape ultérieure [...] que L1/E1 se positionnera par rapport à ce PDV imputé, en le rejetant ou le faisant sien.*

Por se tratar de uma pesquisa que se debruça sobre a produção do texto acadêmico-científico, propomos aqui um olhar sobre o fenômeno da responsabilidade enunciativa de maneira articulada com a noção de autoria, em sintonia com as postulações teóricas de Rabatel (2010), pesquisador que retoma as reflexões foucaultianas sobre o que é ser autor (FOUCAULT, 2012). Desse modo, impõe-se como pressuposto teórico assumido na análise dos dados a compreensão de que ser autor vai além da assunção da responsabilidade pelos PdV alheios, pois culmina na contribuição pessoal, na gestão das vozes citadas no texto, na singularidade do PdV, mesmo diante de um conjunto de trabalhos anteriores. No texto acadêmico-científico, sobretudo quando o autor/pesquisador ainda é inexperiente, isso não se faz sem dificuldades, uma vez que ele precisa saber dialogar com um número indefinido de fontes, de outros discursos (é o saber citar, explicar, estabelecer relações, comentar, posicionar-se etc.) e não incorrer no "apagamento" da voz autoral em meio a esse coletivo de vozes alheias. Daí a relevância de compreendermos como se dá e qual é, afinal, o estatuto dessas vozes alheias na construção interacional da voz própria do pesquisador em processo de formação.

O *corpus* constitui-se de oito artigos científicos produzidos por pesquisadores iniciantes e publicados em uma revista especializada da área de Letras, intitulada Diálogo das Letras, criada em 2012 pelo Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET), vinculado ao Departamento de Letras Estrangeiras (DLE), do *Campus* Avançado "Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia" (CAMEAM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Pau dos Ferros, RN.

A coleta dos artigos considerou os três primeiros números da revista (vol. 1, n1 e n2 de 2012; vol. 2, n1 de 2013), por conterem uma seção específica destinada para alunos de graduação.[5] No contexto específico da nossa pesquisa, o termo iniciante refere-se, pois, a estudantes situados nesse nível de formação acadêmica, cujo trabalho não apresenta coautoria com outro tipo de pesquisador (mestre ou doutor). Os artigos situam-se num contexto de produção e de circulação que requer a adequação a um conjunto de normas previamente estabelecidas. Como critérios avaliativos, exige-se: "ineditismo, coerência com a temática do número da revista, consistência teórico-metodológica, relevância para a área, pertinência da bibliografia, correção textual e gramatical e adequação a normas de apresentação de trabalhos acadêmicos". (Cf. página eletrônica da revista).

Teoricamente, seguimos os postulados da ATD, com base em Adam (2011), o estudo de Guentchéva (1994), as observações de Authier-Revuz (1998, 2004) sobre a heterogeneidade enunciativa, tendo em conta, também, a concepção dialógica dos enunciados, conforme Bakhtin e o Círculo (2002, 2006). Ao nos filiarmos a este quadro teórico, elegemos três categorias de análise para dar conta do estudo da responsabilidade enunciativa, quais sejam: os diferentes tipos de representação de fala, as indicações de quadros mediadores (ou mediativo) e os fenômenos de modalização autonímica, justamente por serem elas reveladoras da inscrição do outro no fio textual. Até porque, considerando a natureza do gênero, sabemos que o artigo científico "sofre" os efeitos

[5] Em 2014, um ano após a coleta do *corpus* da pesquisa de doutorado à qual se filia este trabalho, a revista realizou algumas alterações. No "foco" e "escopo", passa a "expressar o desejo de promover a disseminação da produção científica, preferencialmente, de estudantes de pós-graduação stricto sensu, de professores universitários e de pesquisadores com título de mestre ou doutor". (cf. página eletrônica da revista).

de regulação do campo ou esfera a que está vinculado, devendo, pois, submeter-se à denominada "impressão de objetividade". De certo, isto faz com que o pesquisador, inconscientemente ou não, empregue: a) no citar das fontes, os diferentes tipos de representação de fala; b) no tentar o distanciamento, os quadros mediadores; e c) no esforçar-se para não revelar sua subjetividade de pesquisador, cai na "armadilha" da não transparência da linguagem, pelos fenômenos da modalização autonímica. Em outras palavras, o artigo científico, como uma forma de expressão da linguagem em sentido amplo – assumida neste trabalho como dialógica e heterogênea – está propício à manifestação de pontos de vista que o pesquisador pode (não) assumir, atribuir a outrem (imputar), posicionar-se de modo favorável ou não, debruçar-se sobre eles reflexivamente, mostrar-se distanciado etc.

Além de colaborar para a divulgação das pesquisas no âmbito da ATD e para potencializar sua capacidade de análise da produção co(n)textual de sentidos nas mais diferentes esferas da comunicação humana, almejamos particularmente promover o debate sobre o manejo de estratégias textuais/discursivas que indicam a responsabilidade enunciativa no texto acadêmico-científico, em especial quando produzido por pesquisador situado na posição de iniciante.

Após estas palavras introdutórias, este texto apresenta duas seções principais, sendo uma dedicada a discutir sobre a noção responsabilidade enunciativa como uma entre as categorias que compõem o plano da análise textual, conforme Adam (2011), e a outra destinada à análise dos dados, que dá conta de um dos aspectos focalizados em nossa pesquisa de doutorado (BERNARDINO, 2015), consistindo em verificar como os pesquisadores iniciantes se posicionam em relação a pontos de vista alheios.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A RESPONSABILIDADE ENUNCIATIVA

A responsabilidade enunciativa consiste em uma das categorias da ATD, discutidas por Adam (2011) em dois momentos de sua obra (tópico 3.4, do capítulo 2; tópico 5.2, do capítulo 3). Na obra, essa noção é correlata a ponto de vista e refere-se ao fato de que o locutor narrador pode assumir, ou atribuir a outro, o conteúdo de seus enunciados. Certas unidades da língua permitem assinalar a porção dos discursos que (não) é assumida pelo locutor narrador. É isso o que postula Adam (2011, p. 117) ao afirmar que "o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição é suscetível de ser marcado por um número de unidades da língua".

Passeggi et al. (2010, p. 299) entendem que este fenômeno "consiste na **assunção** por determinadas entidades ou instâncias do conteúdo do que é enunciado, ou na **atribuição** de alguns enunciados ou PdV a certas instâncias" (grifos nossos). Semelhante a Adam (2011), eles compreendem que a responsabilidade enunciativa é inseparável do PdV. Os dois termos em negrito destacam a articulação que fazemos entre as acepções de Adam e Rabatel, uma vez que remetem, respectivamente, à responsabilização e à imputação. Além disso, ambas as acepções se inserem na perspectiva dialógica da linguagem, revelando o desdobramento polifônico do enunciado. Para o tratamento da responsabilidade enunciativa neste trabalho, essa articulação será estabelecida.

Rabatel (2009) concebe a responsabilidade enunciativa (ou responsabilização) referindo-se aos casos em que L1/E1 assume por conta própria os conteúdos proposicionais

do PdV6 que ele julga verdadeiros. Associado a esse conceito, o autor postula a noção de imputação, para as ocorrências em que L1/E1 atribui os conteúdos proposicionais a outro enunciador, ou seja, a um e2. Além disso, defende a hipótese de uma *quase-reponsabilização*7, referindo-se à imputação do PdV a um e2, com posicionamento de L1/E1. Este marca o seu engajamento a partir de um acordo favorável em relação ao PdV imputado. Rabatel (2009, p. 73, tradução nossa) afirma: é esta quase PEC, imputada a e2, que permite em seguida que L1/E1 se posicione em relação à posição enunciativa de e2.8 Logo, duas questões emergem dessa definição: qual é o PdV de L1/E1? O que ele pensa sobre o PdV quando o imputa a outrem? Daí se conclui que os enunciadores segundos também estão envolvidos com a responsabilidade enunciativa, via imputação.

É exatamente pela ideia de uma responsabilidade enunciativa pressuposta que se pode admitir que L1/E1 imputa um engajamento pelo conteúdo do PdV a um e2, mesmo que ele não tenha dito palavra alguma. Rabatel (2009) reconhece a complexidade desse tipo de imputação, porque nem todas as línguas (o francês, por exemplo) dispõem de marcas morfológicas para indicá-la. O apoio no dialogismo bakhtiniano constitutivo ao discurso ajuda a resolver tal dificuldade, pelo fato de aceitar fontes externas e anteriores ao dizer de L1/E1. Assim, quando um L1/E1 imputa a responsabilidade a um e2, mesmo quando este não disse nada, as seguintes situações podem estar em causa:

a) Provas anteriores à fala: L1/E1 apoia-se em algo que e2 lhe teria dito/afirmado/admitido em momento anterior;

b) Relatos de terceiros: L1/E1 apoia-se em algo que ouviu dizer/afirmar, por terceiros, a respeito de e2;

c) Inferências: L1/E1 levantou inferências a partir de um comportamento anterior de e2. Nesse caso, L1/E1 apoia-se em algo que ele mesmo verificou a respeito de e2.

De acordo com Rabatel (2009), as variantes a, b e c apoiam o conteúdo proposicional de um enunciado imputado a e2 por meio de "fontes evidenciais". O conceito de fonte refere-se a uma origem externa ao dizer de L1/E1 e que o apoia nesses casos de imputação. Nas três situações, as fontes se responsabilizam pelo PdV em um tempo e momento anteriores à enunciação, supondo, pois, que um e2 deve ter falado antes.

Retomamos mais uma vez as palavras de Rabatel (2009, p. 74, tradução nossa), para dizermos que *a imputação é, portanto, uma PEC com responsabilidade limitada, pois foi construída pelo primeiro locutor, atribuído por ele a um segundo locutor/enunciador que pode sempre alegar que não é o responsável pelo PDV que L1/E1 lhe atribuiu indevidamente*[9]. No ato da imputação de um PdV, está o fato de L1/E1 poder se posicionar

---

6 Rabatel (2009) utiliza a abreviação de ponto de vista com letras maiúsculas (PDV), já Adam (2011) emprega PdV. Neste trabalho, usamos a abreviação deste autor, mas sem nos distanciarmos das postulações de Rabatel.

7 Rabatel usa a abreviação *PEC*, para responsabilidade enunciativa, e *Quasi PEC*, para quase-responsabilização. Teríamos o equivalente RE e Quase-RE em português.

8 *C'est cette quasi PEC, imputée à e2, qui permet ensuite à L1/E1 de se positionner par rapport à la position énonciative de e2.*

9 *L'imputation est donc une PEC à responsabilité limitée, parce que constuite par le locuteur premier, attribuée par lui à un locuteur/énonciateur second qui peut toujours alléguer qu'il n'est pas reponsable d'un PDV que L1/E1 lui a imputé à tort*. (No texto original, o autor empregou o termo "responsabilité limitée" em itálico).

favoravelmente em relação ao conteúdo proposicional, ou mostrar-se em desacordo, ou simplesmente não se manifestar. Se L1/E1 concorda com o PdV atribuído por ele a e2, tem-se aí um compartilhamento, conduzindo-nos a crer que o PdV parece ser o mesmo para ambos. Já o desacordo demarca a refutação do PdV alheio, a não assunção pelo seu conteúdo proposicional; por sua vez, a neutralidade diz respeito à possibilidade de um afastamento do enunciador, ainda que provisório. O trabalho de Rabatel (2009) permite, então, depreender pelo menos três possibilidades de posicionamento de L1/E1, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Posicionamentos do primeiro locutor–enunciador (L1/E1)

1 Acordo total ou parcial	Compartilhamento (operações de focalização, de enriquecimento, de confirmação e de retificação do PDV imputado a e2).
2 Neutralidade	Afastamento (operações de focalização)
3 Desacordo	Negação do PDV imputado a e2.

Fonte: elaboração própria

Como se vê, estão em destaque as diferentes atitudes de L1/E1 em relação ao PdV imputado a outro enunciador. Como uma espécie de *continuum*, L1/E1 pode manifestar-se de modo favorável ao que disse e2, ou apenas parcialmente. De um lado, pode haver, da parte de L1/E1, compartilhamento do PdV com e2, ou seja, mesmo não se responsabilizando inicialmente pelo PdV, L1/E1 pode tomá-lo como seu, realizando sobre ele diversas operações: focalizar, enriquecer, confirmar e retificar. De outro lado, o desacordo revela a não assunção da responsabilidade enunciativa por L1/E1, tendo em vista a atuação da negação, fazendo com que e2 assuma sozinho o PdV. Já a neutralidade, posicionada de forma intermediária, manifesta o afastamento provisório de L1/E1, que, por alguma razão, não deseja revelar se é favorável ou não ao PdV. Rabatel (2009) diz que essa neutralidade é teoricamente possível, mas não se sustenta por muito tempo, pois, em algum momento, será cobrado de L1/E1 tomar alguma posição.

É preciso notar que, nas três possibilidades mostradas no quadro anterior, a fonte enunciativa do PdV recai sobre e2, independentemente da posição favorável ou não de L1/E1, uma vez que se trata de contextos de imputação. No quadro 2, a seguir, podemos verificar como se dão os contextos de responsabilização no ato da imputação (cf. RABATEL, 2009, p. 75).

Quadro 2: Contextos de responsabilização no ato da imputação de PDV a e2

1 Reconhecimento	L1/E1 imputa porque reconhece que o PDV pertence a outros, portanto não é seu.
2 Engajamento e desengajamento	Em etapa posterior, L1/E1 pode manifestar-se em relação ao PDV imputado (que foi reconhecido como alheio), rejeitando ou aceitando como seu.
3 Força ilocutária, expressão de modalidades	A posição em relação ao PDV pode se dar em graus variados, de modo que L1/E1 pode ser muito afirmativo, pode modalizar seu próprio PDV (afastando-se) ou ocultá-lo, escondendo-se por trás de uma opinião geral.

Fonte: elaboração própria

Desta vez, colocamos em evidência as relações da responsabilização com outras três noções: o reconhecimento, o engajamento e a força ilocutária. Com base em Rabatel (2009), somos levados a compreender que: 1) todo reconhecimento (de que o PdV é alheio) implica uma imputação prévia da reponsabilidade enunciativa; 2) por mais objetivo e impessoal que seja, L1/E1 manifesta uma posição, revela algum grau de engajamento; e 3) a força ilocutária baixa, o afastamento ou a expressão de modalidades não atenuam o fenômeno da responsabilização por L1/E1. Tudo isso se relaciona com o manejo de estratégias textuais/discursivas, com as negociações de L1/E1, que ora pode se responsabilizar por conta própria pelo conteúdo proposicional do PdV, ora pode imputá-lo a e2, mas sem que isso o exima de tomar uma posição no discurso.

Feitas essas considerações conceituais, destacamos que entre as categorias e marcas linguísticas que indicam a responsabilidade enunciativa, nos centramos especificamente em três, conforme pontuamos a seguir.

i) **Os diferentes tipos de representação da fala** – esta categoria diz respeito ao "falar pelos outros", como uma das formas de expressão do dialogismo (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 122). Entre suas formas de materialização, citemos o discurso direto (DD), o discurso direto livre (DDL), o discurso indireto (DI), o discurso narrativizado (DN) e o discurso indireto livre (DIL), conforme Adam (2011). Ao utilizarmos esta categoria para estudo da responsabilidade enunciativa, retomamos as observações teóricas de Authier-Revuz (2004) no campo do "discurso relatado" ou dos "modos de representação no discurso de um discurso outro". Tais observações mostram-se ancoradas no princípio da heterogeneidade constitutiva, que por sua vez se apoia no dialogismo bakhtiniano e na concepção lacaniana, relida de Freud, acerca do "descentramento do sujeito" – uma visão que assume como constitutiva e permanente a presença do outro (outros discursos) e do Outro (discursos do inconsciente) no discurso – e também na noção de interdiscurso mencionada em estudos pêcheuxtianos.

ii) **As indicações de quadros mediadores** – correspondem teoricamente ao que Authier-Revuz (2008, 2004) chama de modalização do dizer como discurso segundo ou simplesmente modalização por discurso segundo (MDS), quando esta autora trata das formas de representação do discurso do outro, especificamente das que são introduzidas com marcadores como *Segundo*, *De acordo com*, *Conforme* e *Para*. Em Guentchéva (1994, p. 08, tradução nossa), o mediativo (MED) recobre um conjunto de procedimentos gramaticais existentes em numerosas línguas *que permitem ao enunciador significar os diferentes graus de distância que ele toma com respeito às situações descritas, já que ele as distinguiu de maneira mediada*[10]. A autora diz que o enunciador estabelece uma espécie de *continuum* para marcar seu engajamento ou distanciamento em relação às situações descritas, sem precisar se expressar quanto à verdade ou falsidade do conteúdo proposicional do enunciado.

iii) **Os fenômenos de modalização autonímica** – Conforme Adam (2011), a base conceitual desta categoria são os trabalhos de "Authier-Revuz (1998, 1994, 1995)", que se fundamentam no princípio da "metadiscursividade" como propriedade da linguagem humana e em balizagens teóricas que destituem do sujeito o domínio

10 [...] *qui permettent à l'énonciateur de signifier les différents degrés de distance qu'il prend à l'égard des situations décrites puisqu'il les a perçues de façon médiate.*

sobre seu próprio dizer. Ele retoma esses trabalhos e os segue, denominando os fenômenos de modalização autonímica como: "todo enunciado metaenunciativo que, num debruçar-se reflexivo do dito sobre o dizer, manifesta a não-transparência e a não-evidência das palavras." (ADAM, 2011, p. 120). Tais fenômenos se inscrevem no campo da alteridade discursiva e podem encontrar nas aspas e itálico a indicação dessa alteridade. Neste caso, entende-se a enunciação que não é somente realização, mas comentário reflexivo de si mesma, atestando decisivamente a relação do sujeito com a linguagem, cuja manifestação se dá a partir dos seguintes pontos:

1) formas explicitamente metaenunciativas completas, comportando *eu digo X'*;
2) formas explicitamente metaenunciativas que indicam um *eu digo X'*, subordinadas e sintagmas circunstanciais, oposições;
3) formas explicitamente metalinguísticas, com um autônimo X' ou Y'
4) formas sem elemento autônimo, ou sem elemento metalinguístico unívoco;
5) Sinais tipográficos (aspas, itálico);
6) formas puramente interpretativas que abrem para a heterogeneidade constitutiva (por exemplo, as alusões).

De acordo com as considerações de Authier-Revuz (1998), o dizer é afetado por quatro campos de não coincidência, e isso mostra, como afirmou Adam (2011), que as palavras podem (não) ser assumidas pelo locutor-enunciador. Assim, a responsabilidade enunciativa pode ser, de algum modo, partilhada entre os enunciadores ("digamos X") ou, ao contrário, atribuída a um ou ao outro enunciador – "as palavras que digo não são as suas"; "as palavras que digo são as suas, não as minhas" – (1) é a não coincidência interlocutiva. As fronteiras entre o dizer de si e do dizer outro são assinaladas na superfície da "interdiscursividade representada", o que atesta que as palavras podem ser retomadas do outro, apropriadas de um outro lugar, de outra época, de uma teoria, de uma pessoa etc., associadas ao discurso, advindas de outra língua, outra região, época, registro, socioleto, discurso teórico, posição política etc. – (2) é a não coincidência do discurso consigo mesmo.

A nomeação do real faz despontar a separação palavra/coisa, revela "a falta de captura do objeto pela letra", o enunciador procura as palavras que o realizem na nomeação, ou que se adequem a ela, ou mesmo se dá conta da própria falta da nomeação – (3) é a não coincidência entre as palavras e as coisas. Por fim, como que controlando o sentido das palavras, jogando com elas, o enunciador cai no equívoco, pelo distanciamento entre a palavra e seu sentido – (4) é a não coincidência das palavras consigo mesmas.

Em (1) e (2), as palavras podem ser assumidas ou atribuídas a outrem; já em (3) e (4), elas estão sob o "controle" do enunciador, na tentativa de nomear o real e de atribuir os sentidos de suas palavras. Os discursos e gêneros em que se realizam esses pontos de não coincidência são variados. Authier-Revuz (1998) cita os diálogos diversos, o texto polêmico, o gênero de divulgação científica (para caso 1); discursos diversos sobre o passado, romances regionalistas, textos teóricos, textos políticos, entre outros (para o caso 2); entrevistas, textos literários (caso 3); discursos do campo midiático, teórico, literário (caso 4).

DESCRIÇÃO DOS POSICIONAMENTOS DO PRIMEIRO LOCUTOR–ENUNCIADOR NOS CONTEXTOS DE IMPUTAÇÃO DE PDV A E2

Como dissemos no aporte teórico deste trabalho, o locutor-enunciador pode (não) assumir o conteúdo proposicional dos PdV proferidos no texto (ADAM, 2011). Afirmamos, também, que L1/E1 pode assimilar-se ao PdV imputado (concordar/engajar-se), ou se distanciar (discordar/refutar), ou ainda não se manifestar, expressando sua neutralidade (RABATEL, 2009). Dito de outra maneira, é possível sinalizar no texto os diferentes graus de engajamento ou de distanciamento em relação às situações descritas (GUENTCHÉVA, 1994). Os excertos dispostos nesta seção evidenciam o modo como o pesquisador iniciante se posiciona em relação a pontos de vista alheios no gênero artigo científico.

Por questões didático-metodológicas, os artigos científicos são apresentados por excertos, mas sem perder de vista o seu contexto de produção. Cada artigo está devidamente codificado, garantindo a preservação de identidade dos autores. Os excertos foram dispostos em sequência (de 01 a 13), sem ter sofrido qualquer tipo de alteração em relação ao texto original. A codificação entre parênteses (Ac01, 2011, p. 02) identifica o número de ordem (de 01 a 08) do artigo científico (Ac), acrescido do ano de publicação do texto e da página de onde foi retirado o recorte. Para destacar as marcas linguísticas de (não) assunção da responsabilidade enunciativa, usamos dois tipos de recursos tipográficos: o negrito, para visualizar as referidas marcas, e o sublinhado, nos casos em que precisamos diferenciar do negrito já posto no texto original. Por fim, inserimos um realce (pano de fundo branco, em tom mais escuro, 5%) apenas como recurso para destacar os recortes dos artigos científicos analisados em relação ao corpo deste texto.

A responsabilização compartilhada – posição de acordo no ato da imputação

Aqui, são apresentadas as situações que chamamos de PdV alheios com responsabilização compartilhada. Elas se localizam em diferentes pontos dos artigos científicos, com mais frequência na seção teórica, onde um ou mais PdV foram imputados a outros enunciadores e seguidos ou antecedidos por um posicionamento enunciativo favorável de L1/E1 (total ou parcialmente e explícita ou implicitamente), em relação ao conteúdo proposicional abordado. Em cada artigo, identificamos e descrevemos as marcas linguísticas que assinalam o modo como se deu a imputação (por diferentes tipos de representação de fala, por indicações de quadros mediadores e por pontos de não-coincidência do dizer), conforme demonstram os excertos a seguir.

(01)

> Às expressões referenciais se atribui um caráter muito importante para o processamento textual que, dentro da concepção de linguagem como atividade interacional, deve ser entendido, **segundo postula Koch (2001)**, como uma atividade que envolve tanto elementos linguísticos como sociocognitivos. **Para ela**, o texto, no interior dessa abordagem, é também considerado como um conjunto de **"pistas"**

> que são formadas por elementos linguísticos de diversos tipos. Estes são colocados à disposição dos usuários da língua, durante uma atividade discursiva, de modo a facilitar ao falante não só a construção reconstrução de sentidos, mas também na interação como prática sociocultural. No curso dessa atividade textual, os sujeitos mobilizam conhecimentos linguístico, enciclopédico e interacional, que os tem depositado na memória através de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual.
>
> (Ac01, 2012, pp. 221–222)

Neste trecho do Ac01, as expressões "Segundo postula Koch (2001)" e "Para ela" são marcas linguísticas expressivas do fenômeno que Guentchéva (1994) denomina de mediativo, Authier-Revuz (2008, 2004) de modalização em ou por discurso segundo (MDS) – sobre o conteúdo – e que Adam (2011), fundamentado em ambas as autoras, o apresenta como indicações de quadros mediadores, entre a lista de categorias que manifestam a RE. Em nossa análise, usamos a abreviação MED (de mediativo), mas sem fazer distinção teórica entre as três terminologias, até porque nos respaldamos teoricamente nesses trabalhos mencionados.

As aspas no termo "pistas" são marcas que delimitam um fenômeno de modalização autonímica, demarcando um tipo de outro no fio textual do discurso, no âmbito da não-coincidência do discurso consigo mesmo. No excerto em destaque, elas sugerem que essa palavra pertence a abordagem do texto dentro de uma "concepção de linguagem como atividade interacional".

Entre as marcas linguísticas destacadas no excerto (01), duas delas permitem-nos observar não o *um* falando do *outro* (o que ocorreria no DD, no DI e nos demais tipos de representação de fala), mas o *um* falando *segundo o outro* (AUTHIER-REVUZ, 2008). No exemplo, L1/E1 enuncia sobre as expressões referenciais "segundo" a postulação de Koch (2001), no que se refere à importância de tais expressões "para o processamento textual" e, ainda mais, sobre o modo como este processamento "deve ser entendido" (no sentido de envolver elementos linguísticos e sociocognitivos ao mesmo tempo), "dentro da concepção de linguagem como atividade interacional". Do mesmo modo, ao dizer "para ela", L1/E1 atribui a Koch todo o PdV que discorre sobre o texto, como ele é considerado dentro da abordagem interacional da linguagem.

No âmbito discursivo, um dos efeitos de sentido de se falar segundo o outro, é que esse outro afeta diretamente o dizer, constituindo-se como a fonte e o responsável pelo PdV. Como consequência, a verdade do conteúdo proposicional do PdV recai totalmente sobre e2, isentando L1/E1 de se comprometer, uma vez que este somente se encarregaria da reformulação das palavras. Mas a questão é que, no artigo científico (e certamente em muitos outros gêneros do discurso), o fato de o PdV ser fundado na fala de outrem não desobriga L1/E1 de possíveis contestações, de "nuances de dúvida, ironia, indignação e rejeição", retomando aqui as palavras de Neves (2012, p. 78), sobretudo se a reformulação não se fizer equivalente ao ato enunciativo anterior, isto é, ao que e2 teria dito, de fato. Sobre isso, não constitui nosso propósito duvidar da fidelidade da interpretação de L1/E1 em relação ao conteúdo das palavras proferidas por Koch (2001). Interessa perceber que, em (01), o contexto da imputação exibe a

responsabilização compartilhada: o pesquisador iniciante relata fatos admitidos pela teoria adotada no Ac01, mostrando-se inteiramente favorável em relação ao caráter importante das expressões referenciais para o processamento textual e a como este deve ser entendido dentro da concepção interacional da linguagem.

(02)

> Essas características peculiares dos gêneros permitem abordar aspectos da textualidade tais como: coerência e coesão, impessoalidade técnicas de argumentação e outros aspectos pertinentes ao gênero em questão. O revisor precisa estar familiarizado com os diversos gêneros produzidos. Vale aqui correlacionar os gêneros com a questão do imaginário, pois, **no entender de Silva (2006, pp. 13-14),**
>
> a construção do imaginário individual se dá, essencialmente por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (reelaboração do outro para si). O imaginário social estrutura-se principalmente por contágio: aceitação do modelo do outro (lógica tribal), disseminação (igualdade na diferença) e imitação (distinção do todo por difusão de uma parte). No imaginário há sempre desvio. No desvio há potencialidade de canonização. O imaginário explica o 'eu' (parte) no 'outro' (todo). Mostra como se permanece individual no grupo e grupal na cultura.
>
> Esse dizer nos leva a entender o fato de que se hoje se conhece os gêneros textuais existentes é porque houve uma identificação, uma apropriação e também uma distorção, o que resultou em aceitação pelo público, o qual disseminou e imitou o que já existia e assim foi sendo adaptado. Faz-se necessário a esses profissionais conhecer as ***fórmulas*** de cada gênero para assim fazer uso de seu conhecimento de mundo ao revisá-los ou escrevê-los. **Squarisi e Salvador (2005, p.54) destacam que** "conhecer de antemão o gênero que se vai produzir é meio caminho para escrever bem". **Portanto,** é **indispensável que o profissional de Letras conheça os gêneros, as regras gramaticais que regem a língua culta, bem como que tenha domínio no uso sobre esses conhecimentos. Além disso, os redatores e revisores devem estar atentos às mudanças, sejam elas no âmbito social, cultural, histórico ou científico**. [...].
>
> (Ac02, 2012, pp. 234–235)

Neste ponto do Ac02, L1/E1 demarca a exterioridade que atravessa seu PdV pela indicação da fronteira entre si e o outro, ou melhor, pela explicitação do tipo de outro, que é um autor da área. Para validar seu PdV (o da correlação entre os gêneros e o imaginário), L1/E1 busca justificá-lo a partir do "entender de Silva (2006, p. 13-14)" em relação às diferentes formas pelas quais se constrói e se estrutura o imaginário social.

Temos, neste caso, a fixação do sentido, direcionado para o âmbito do "entender de Silva (2010, p. 13-14)". Isso fica ainda mais claro nas palavras seguintes, quando L1/E1 assume que o "dizer" de Silva "nos leva a entender o fato de que se hoje se conhece os gêneros textuais existentes é porque houve uma identificação, uma apropriação e também uma distorção, o que resultou em aceitação pelo público, o qual disseminou e imitou o que já existia e assim foi sendo adaptado". Com isso, L1/E1 desautoriza qualquer

ambiguidade: fazer o tipo de correlação sugerida entre os gêneros e o imaginário social é válido na medida em que levamos em conta o entender daquele autor.

O recurso do itálico na palavra "fórmulas" também atua como especificador do tipo de outro, no âmbito da não-coincidência do discurso consigo mesmo. O distanciamento enunciativo por parte de L1/E1 em relação a este termo é provisório, uma vez que o vemos integrado como palavra-chave do PdV de L1/E1 sobre a importância de o profissional de revisão de textos conhecer e dominar os gêneros textuais.

No excerto, há ainda o DD com "que" como marca linguística que sinaliza a imputação do PdV a e2. É o que ocorre na seguinte passagem: Squarisi e Salvador (2005, p.54) destacam que "conhecer de antemão o gênero que se vai produzir é meio caminho para escrever bem". As palavras que comentam este PdV evidenciam o posicionamento favorável de L1/E1 no tocante à importância de o revisor de textos conhecer os gêneros.

(03)

3 Aprendizagem de língua estrangeira

Segundo O'Malley et al (1985), a língua materna no contexto da aprendizagem de língua estrangeira funciona como uma estratégia de processamento; o aprendiz que ainda não domina com fluência a língua estrangeira ou que não está familiarizado com certas estruturas gramaticais, se apoia na língua materna. **Em outras palavras**, quando o aluno se vê diante de uma situação comunicativa em que não está dotado de recursos linguísticos suficientes, acaba buscando recursos linguísticos oriundos da sua própria língua materna; isso resulta em uma combinação de estruturas gramaticais.

O processamento gramatical, nessa perspectiva, está vinculado às estratégias de aprendizagem. Mas o que seria uma estratégia de aprendizagem?

Para esclarecer esse questionamento, **assumiremos o posicionamento teórico de Oxford (1990 *apud* VILAÇA, 2010, p. 211):**

Estratégias de aprendizagem são passos dados pelos estudantes para melhorar sua aprendizagem. As estratégias são especialmente importantes na aprendizagem de línguas porque elas são ferramentas para um envolvimento ativo e autodirigido, o que é essencial para o desenvolvimento da competência comunicativa. Estratégias de aprendizagem de línguas apropriadas resultam em proficiência aperfeiçoada e maior autoconfiança.

Nesse sentido, a combinação das gramáticas provenientes da LM e da LE pode resultar em uma produção escrita inadequada em termos de LE. **No entanto, ao constatarmos que os aprendizes estão fazendo uso dessa estratégia, atestamos que o desenvolvimento da competência comunicativa está avançando. Isso porque, constata-se que a aprendiz ao adequar a estrutura da sua LM à LE está se tornando relativamente autônomo, uma vez que busca recursos que o auxiliem no ato comunicativo.**

(Ac03, 2012, pp. 258–259

Em (03), o elemento linguístico "Segundo" indica a expressão de valor mediativo e mostra que houve imputação do PdV a "O'Malley et al (1985)". Em seguida, L1/E1 acrescenta o seu comentário e, com esforço, responde a algo que possa não ter ficado claro na formulação textual daquele PdV. O elemento "Em outras palavras" introduz a reformulação, que encena o desdobramento reflexivo do dizer a partir da figura de "respostas de fixação de um sentido" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 25). L1/E1 assume o esforço de dizer melhor, de eliminar qualquer falha na relação entre as palavras e elas mesmas, acrescentando a descrição metaenunciativa do sentido de uma unidade textual posta no fio do discurso, qual seja: o papel da língua materna no contexto de aprendizagem de uma língua estrangeira. Por isso mesmo, entendemos que L1/E1 expressa engajamento em relação ao PdV alheio.

Ademais, neste recorte do Ac03, L1/E1 assume explicitamente "o posicionamento teórico de Oxford (1990 *apud* VILAÇA, 2010, p. 211)" para responder a questão levantada sobre "o que seria uma estratégia de aprendizagem". Assim, seu posicionamento é de acordo total em relação ao PdV imputado, via DD, a e2, tanto é que o toma como respaldo para afirmar que "nesse sentido, a combinação das gramáticas provenientes da LM e da LE pode resultar em uma produção escrita inadequada em termos de LE". A princípio, esta afirmação parece não estabelecer relação direta com as palavras de Oxford, mas no trecho destacado em negrito, no final do parágrafo, os dados constatados em pesquisa corroboram o conceito de estratégia de aprendizagem citado.

(04)

> Assim, a mídia acaba por ofertar modelos de identidades através de processos de imitação e formas ritualizadas. **"Socialmente úteis, as matrizes identitárias estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem os sujeitos em uma 'comunidade imaginada'." (GREGOLIN, 2008, p. 95).** É a língua inglesa como padrão mundial de comunicação (mais uma vez, devido à globalização), trazendo seus paradigmas e estereótipos. Se o indivíduo fala inglês, pertence a uma **"comunidade imaginada"** dos que falam inglês e goza dos privilégios que gozam os pertencentes a este grupo.
>
> (Ac04, 2012, p. 270)

Em (04), L1/E1 fala do modo como a mídia "acaba por ofertar modelos de identidades" e como a língua inglesa, inscrita na mídia publicitária, contribui para que isso se efetive. No primeiro trecho em destaque, juntamente com o sistema autor/data/página, as aspas delimitam um ato de enunciação citado, como uma espécie de DD, mas sem o elemento introdutor. Para este caso, dizemos que o elemento *X*, isto é, o PdV alheio, foi citado com todas as suas precisões sintáticas, como um exterior apropriado ao discurso de L1/E1, dando-lhe apoio teórico. No segundo trecho, em "comunidade imaginada", as aspas também marcam uma exterioridade, a presença de uma palavra pertencendo a um outro PdV, propriamente o de "Gregolin (2008)".

Podemos deduzir que, nos dois exemplos de uso das aspas, há engajamento enunciativo por parte de L1/E1. No primeiro, há um certo grau de assunção pelo PdV de Gregolin, pois, mesmo na objetividade aparente, L1/E1 compartilha-o, assimila-se a ele. Está claro

que as aspas separam os dois atos de enunciação, porém o PdV alheio se mostra integrado sintaticamente como continuação do PdV de L1/E1, desenvolvendo-o, dando-lhe o apoio em palavras e em conteúdo (e2 falando no lugar de L1/E1). No segundo, vemos que L1/E1 mantém as aspas já usadas para destacar o termo "comunidade imaginária" no PdV de "Gregolin (2008)". Esta pequena porção do texto foi proferida e preservada como pertencendo a outro locutor-enunciador, mas com o qual L1/E1 está em sintonia.

Assim, o exemplo (04) evidencia uma enunciação que especifica um tipo de fronteira entre si e o outro, mostrando esse outro na cadeia significante, no âmbito da não-coincidência do discurso consigo mesmo, com indícios de engajamento de L1/E1, pelo fato de utilizar o PdV alheio como apoio teórico.

(05)

> **2. Fundamenta**ção **teó**rica
>
> 2.1 Importância da leitura do não verbal
>
> O Século XX tem **sido considerado por muitos** como sendo o século da imagem, **ou seja**, aquele que registra, informa e expressa os acontecimentos, fatos, ideias e apreensões com impacto e rapidez impensáveis. **A internet est**á **aí para comprovar e esbo**çar **um primeiro retrato falado do s**éc**ulo XXI.**
>
> **Nas sociedades contempor**â**neas**, cada vez mais, a imagem se infiltra nos sistemas de comunicação e educação. **Assim, torna-se praticamente impossí**v**el deixar de lado as preocupa**ç**es com a alfabetização visual do cidad**ã**o.**
>
> (Ac05, 2012, p. 256)

Em (05), temos uma pequena parte de uma das seções teóricas do Ac05. Nela, ocorre a não-coincidência do discurso consigo mesmo, pois há um tipo de outro demarcado na materialidade textual: outro discurso (corresponde ao que "muitos" têm considerado) e outra época (as "sociedades contemporâneas"). É esse outro e essa temporalidade que funcionam como figuras que separam o dizer de L1/E1 e de e2, indicando a quem incide a responsabilidade pelas duas informações relatadas: a denominação de "século da imagem" para referir-se ao século XX e à capacidade que tem a imagem de se infiltrar nos sistemas de comunicação e educação. Trata-se, pois, de um contexto de imputação do PdV, em que outros locutores-enunciadores (indefinidos textualmente) e outra época são as fontes enunciativas.

Há também marcas linguísticas de não-coincidência das palavras com elas mesmas, quando o autor do Ac05 emprega o introdutor de reformulação "ou seja", emitindo aquilo que se denomina como resposta de fixação do sentido, com base em Authier-Revuz (1998). Ele realiza uma paráfrase do termo "século da imagem" por meio de uma expressão sintaticamente mais desenvolvida, qual seja: [o século da imagem é] "aquele que registra, informa e expressa os acontecimentos, fatos, ideias e apreensões com impacto e rapidez impensáveis". Nessa porção textual, L1/E1 demonstra seu engajamento, no sentido de esforçar-se para esclarecer o PdV alheio e também para validá-lo, dizendo que "A internet está aí para comprovar e esboçar um primeiro retrato falado do século XXI" e concluindo: "Assim, torna-se praticamente impossível deixar de lado as preocupações com a alfabetização visual do cidadão".

(06)

3 Análises

[...]

Conforme esclarecemos anteriormente, um dos objetivos do nosso curso, além da produção textual, era a análise linguística (AL). **Como Kemiac e Lino de Araújo (2011) afirmam**, a AL é uma alternativa para o ensino tradicional de gramática, baseando-se em uma concepção de ensino, objeto de ensino e metodologia diferentes. **Neste ponto, ainda quanto a AL, Mendonça (2006) sintetiza que**:

AL é parte das práticas de letramento escolar, consistindo numa reflexão explícita e sistêmica sobre a constituição e o funcionamento da linguagem nas dimensões sistêmica (ou gramatical), textual, discursiva e também normativa [...]. (MENDONÇA, 2006, p.208).

Avaliamos que ao invés de classificar e identificar, como no ensino de gramática tradicional, a AL se propõe a refletir. Foi o que procuramos fazer em nossas aulas, como na aula sobre os adjetivos, na qual utilizamos o texto "Mulher boazinha" de Martha Medeiros, para trabalhar com os alunos a função que os adjetivos exerciam dentro do texto, a recorrência desse recurso no diminutivo.

(Ac06, 2012, pp. 279-280)

Este recorte da seção de análise do Ac06 traz duas marcas linguísticas do MED que sinalizam graus diferentes de indicação da responsabilidade enunciativa. Na passagem "Como Kemiac e Lino de Araújo (2011) afirmam, a AL é uma alternativa para o ensino tradicional de gramática, baseando-se em uma concepção de ensino, objeto de ensino e metodologia diferentes", observamos que L1/E1, ao menos à primeira vista, se distancia, não assume o conteúdo relatado. Logo em seguida, traz a visão de "Mendonça (2006)" na forma de um DD com "que". No comentário que segue a essas formas de discurso relatado, L1/E1 cria a seguinte oposição: A e B pensam (ou dizem) que X; nós (que seguimos A e B) avaliamos que Y. Detalhando um pouco mais essa oposição, temos as seguintes atitudes de L1/E1:

- pronuncia-se sobre AL *como* (conforme**) Kemiac e Lino de Araújo afirmam;**
- expõe o modo tal qual **Mendonça (2006) sintetiza** a AL;
- emite **posicionamento contrário** ao que outros autores dizem/fazem *sobre* e *no* ensino de gramática tradicional (não concorda que a análise linguística se reduza a identificar e classificar elementos gramaticais);
- emite **posicionamento favorável** em relação ao que Kemiac e Lino de Araújo (2011) teriam afirmado e ao que Medonça (2006) sintetizou sobre a AL, ou seja, o autor do Ac06 concorda que a AL conduz à reflexão sobre a língua, tanto é que aplica esse conceito para fundamentar sua própria prática de ensino.

O engajamento de L1/E1 em relação aos PdV imputados a e2 (os autores citados) está evidente no parágrafo final do excerto, quando diz: "Avaliamos que ao invés de classificar e identificar, como no ensino de gramática tradicional, a AL se propõe a refletir. Foi o que procuramos fazer em nossas aulas, [...]".

(07)

1 Introdução

O ensino de língua portuguesa no Brasil é marcado por uma tradição que tem profundas raízes históricas. **Batista (1991) nos mostra que** a disciplina ***gramática nacional*** surge no final do Império a partir de um processo de transmissão de um patrimônio cultural, com o propósito de formar uma identidade linguística que consolidaria a unidade política e geográfica da Nação. Porém, a esse projeto de homogeneização se contrapõe uma real diversidade e heterogeneidade tanto das práticas linguísticas quanto culturais no espaço nacional. Desse modo, o ensino de língua passou a ter um caráter disciplinador, normatizador e homogeneizador das características linguísticas e culturais dos alunos, pautado na ideia de correção. A Gramática Normativa passa, então, a ser o instrumento dessa prática; e a escola, o principal meio pelo qual esse **"ideal de língua"** se firma e se consolida.

Nesse quadro tradicional do ensino de língua materna, Britto (2001), **após constatar que** o nível de escrita dos estudantes brasileiros está muito abaixo do satisfatório, **questiona** a prática artificial de produção de redações na escola. Isso porque, ao se tomar como único interlocutor o professor (que representa a figura social da escola), essa produção não constitui um processo real de interação; **ou seja,** o estudante fala para **"ninguém"**, ou não sabe para quem fala. Portanto, na tentativa de agradar ao professor e visando à nota, os alunos escrevem de acordo com a imagem de língua daquele, o que os faz associarem a concepção de língua a um modelo formal preexistente às suas reflexões e escolhas. Além disso, o texto, muitas vezes, segue um padrão previamente estabelecido e/ou funciona como um pretexto para aplicação das lições de gramática estudadas.

[...]

(Ac07, 2012, p. 289)

Em (07), reproduzimos toda a parte da introdução do Ac07 onde ocorrem contextos de imputação de PdV. Entre as marcas linguísticas identificadas no excerto está a ilhota textual em DI. O termo ou grupo de palavras "gramática nacional" (isolado em itálico) encontram-se no interior da formulação textual do DI introduzido por "Batista (1991) nos mostra que", significando que é um termo usado pelo autor citado e que não foi traduzido, parafraseado, na sintaxe de L1/E1. Nesse exemplo, observamos o distanciamento enunciativo, configurando o que Authier-Revuz (1998, p. 142) designa de "apenas um caso de imagem particular do funcionamento do sinal de modalização autonímica". Isso ocorre porque L1/E1 integra sintaticamente o elemento isolado em itálico ao seu próprio ato enunciativo (o citante), conservando-o tal como foi empregado na mensagem de origem. A ilha textual em DI evidencia, pois, que há uso com menção das palavras alheias.

As marcas linguísticas de DI também se apresentam em "Nesse quadro tradicional do ensino de língua materna, Britto (2001), após constatar que [...], questiona [...]", onde L1/E1 relata um PdV alheio com palavras próprias. No comentário desenvolvido em relação aos PdV de e2, é possível verificar fenômenos de modalização autonímica:

- A palavra "ideal de língua" está funcionando como marca de não-coincidência do discurso consigo mesmo, pois assinala a "interdiscursividade representada – de uma fronteira interior/exterior" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 23). Mais precisamente, trata-se de uma palavra retomada de um outro discurso do qual se fala na enunciação de L1/E1 (o da gramática tradicional).
- Os termos "ou seja" e "ninguém" configuram duas formas distintas de dar respostas de fixação de um sentido, no âmbito da não-coincidência das palavras com elas mesmas. Com o "ou seja", L1/E1 apresenta a especificação positiva do sentido de uma unidade sintática por meio da paráfrase ("essa produção não constitui um processo real de interação" no sentido de "o estudante fala para 'ninguém'"). Nessa formulação parafrástica, L1/E1 assume o esforço de destacar, por meio das aspas, que o sentido de "ninguém" não está dado na sua literalidade (= nenhuma pessoa), mas dizendo respeito à ausência de interlocutores reais e autênticos (não apenas o professor) para a produção textual realizada na escola.

O olhar sobre a dimensão macro dos casos de imputação apresentados em (07) revela que L1/E1 distancia-se das raízes históricas que constituem o discurso tradicional de ensino de língua portuguesa no Brasil e aproxima-se de um discurso mais atual, retomado de "Brito (2011)". Assim, cria laços de responsabilização com este outro locutor-enunciador, questionando também, em seu próprio ato de anunciação, "a prática artificial de produção de redações na escola" e considerando a língua em sua "real diversidade e heterogeneidade".

(08)

4.1.3 As condições de produção como tentativa de conter sentidos

[...]

Tomando emprestadas as palavras de Orlandi (2004, p. 67), podemos afirmar que,

para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambigüidade, a opacidade, a espessura material do significante. Daí a necessidade de administrá-la, de regular as suas possibilidades, as suas condições. A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social.

O que Orlandi nos apresenta, nada mais é do que uma constatação de que, apesar de a linguagem ser aberta, essa "polissemia" tenta ser controlada. Em um texto, por exemplo, uma forma de conter sentidos é através do uso das notas de rodapé6. **No livro que tomamos como objeto de análise, o que nos chama a atenção é o fato de as produções textuais dos alunos serem "administradas" por coletâneas de texto, os painéis de leitura, e serem acompanhadas por uma longa e detalhada descrição de como devem ser.**

[...]

Nota de rodapé:

[6] Cf. Orlandi, 1990, p. 106.

Ac08, 2013, pp. 424–425)

Assim como nos demais excertos, neste recorte da análise de dados do Ac08, a expressão do acordo pós imputação está explícita, onde vemos que L1/E1 toma emprestadas as palavras de "Oldandi (2004, p. 67)", para tratar sobre como a língua produz sentidos, como se constitui a interpretação. Em seguida comenta, explica as palavras citadas e se pauta nelas para fundamentar seu olhar sobre dados de pesquisa.

As ocorrências de imputação com acordo nos artigos científicos do pesquisador iniciante nos chamam a atenção para a necessidade de um olhar que não tome de forma isolada as marcas linguísticas indicadoras da responsabilidade enunciativa na materialidade textual. Vimos que nem sempre imputar um PdV a outrem significa a não assunção ou o não engajamento pelo seu conteúdo proposicional. Aqui, o campo científico a que esse gênero se vincula aceita plenamente a possibilidade de uma "atitude valorizante" em relação ao que o outro diz (RABATEL, 2013). Se uma das partes desse gênero tem como propósito apresentar os postulados teóricos que embasaram a análise/interpretação de dados, em um espaço previamente estabelecido, é pouco provável que o pesquisador principiante se dedique a questionar ou refutar a teoria. No fio textual do discurso, ele faz com que as vozes convocadas se tornem "aliadas", atuando como um co-enunciador em relação a elas, em um cenário de responsabilização compartilhada que lhe favorece.

A responsabilização não compartilhada – posição de desacordo no ato da imputação

Nos artigos científicos dos pesquisadores iniciantes, constatamos situações em que L1/E1 atribui o PdV a e2 e em seguida assinala explicitamente seu posicionamento desfavorável. São ocorrências em que L1/E1 reconhece o PdV de e2, mas não se assimila a ele, não concorda, exibindo uma espécie de grau máximo de não engajamento. Em outras palavras, tratam-se de PdV alheios com responsabilização não compartilhada, em que o reconhecimento do PdV de e2 por parte de L1/E1 move-se na direção da não assunção. No total de oito artigos científicos analisados, identificamos ocorrências de imputação com desacordo apenas em dois, o Ac07 e o Ac08, como mostramos a seguir.

(09)

Sua prática, na turma do 3º ano C do ensino médio, predominantemente consistia em copiar regras da gramática tradicional ou questões sobre gramática no quadro. Durante mais de três aulas, a professora se encarregou de expor e explicar regras de ortografia. Ela lia o conceito, dava exemplos para testar a validade da regra e pedia exemplos para os alunos. Diante das dificuldades dos alunos de entenderem a terminologia e os empregos linguísticos considerados "corretos" (já que era feito um trabalho de metalinguagem referente a uma variedade de língua da qual eles não são falantes: a variedade padrão), **a professora repetia incessantemente: "*Prestem atenção! Vocês que vão fazer redação tem que colocar isso na cabeça!*"; "*Isso é uma regra que, se a gente quer escrever certo, tem que ter na cabeça*".**

Essa situação, portanto, evidencia claramente um ensino voltado para a apropriação da norma padrão com vistas à escrita correta, o que revela uma prática baseada na concepção de linguagem como código, visto que podemos inferir que a professora, por meio da atividade, encara a língua como o conjunto homogêneo de suas formas estanques.

> **A insistência em se estudar regras de ortografia faz com que os alunos introjetem a visão dicotômica de "certo x errado", sendo o errado permitido na fala e o certo obrigatório na escrita, como se pode ver quando afirma:** *"Todo mundo pode errar falando, mas escrevendo, não!"*. **Ao invés de considerar a ortografia procurando interpretar o desvio da norma enquanto um lugar privilegiado para a descrição dos fatos da língua, identificando as diferenças entre as modalidades escrita e falada e discutindo os fenômenos da variação linguística,** a docente defendia **a ideia dicotômica de fala e escrita, incorrendo numa inconsistência teórica em relação a essas modalidades, pois, segundo Marcuschi (2008):**
>
> oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de som e grafia. Em suma, eficácia comunicativa e potencial cognitivo não são vetores relevantes para distinguir oralidade e escrita. (p. 17).
>
> Desse modo, a professora acaba limitando a ideia de texto às características ditas da modalidade escrita, privando os alunos do entendimento mais amplo em relação a essas duas modalidades da língua.
>
> (Ac07, 2012, pp. 295-296)

Neste recorte do Ac07, há vozes de locutores-enunciadores distintos explícitos na materialidade textual: o pesquisador/produtor do artigo científico, os autores citados para fundamentar teoricamente o trabalho (especificamente "Marcuschi") e o informante da pesquisa (uma professora de língua portuguesa), além dos alunos da professora. Aqui, não nos interessa as ações da professora, mas somente os PdV que, segundo o relato de L1/E1, ela teria proferido em sala de aula e com os quais ele discorda completamente, como apresentamos resumidamente no quadro 3.

Quadro 3: Gerenciamento dos PdV conforme o excerto 9

PdV de e2 (a professora)	Refutação dos PdV de e2 por L1/E1
Os alunos precisam ter atenção sobre as regras gramaticais, porque farão redação e precisam estar com elas na cabeça para escrever correto.	E2 adota uma concepção equivocada de língua/linguagem. E2 apresenta uma visão dicotômica de certo *x* errado e isso prejudica os alunos.
Na fala, se pode errar; na escrita, não.	E2 desvia o foco: dá mais atenção a erros gramaticais e menos à análise de elementos linguísticos e fenômenos de variação. E2 apresenta uma visão dicotômica de fala e escrita, revela inconsistência teórica. E2 confunde a ideia de texto com características da escrita formal. E2 prejudica a compreensão ampla dos alunos.

Fonte: elaboração própria

Nesse caso, a refutação dos PdV se dá na medida em que o autor do Ac07 demonstra sua capacidade crítico-analítica ao descontruir uma prática de ensino que se mostra em dissonância com os postulados teóricos que ele adota em sua pesquisa.

(10)

Vejamos como isso ocorre voltando nosso olhar ao capítulo 13, "A carta de leitor". Ao propor que o aluno produza uma carta, o livro primeiramente apresenta um texto base que trata do desmatamento na Amazônia. Em seguida, oferece a seguinte proposta de produção:

Imagine que você tenha lido essa reportagem na revista e queira se manifestar em relação a algo que lhe tenha chamado a atenção. Escreva então uma carta para o editor responsável pela revista ou para o jornalista que assinou a matéria.

Você pode, *por exemplo, comparar o novo sistema de registro de desmatamento comentado pela revista a outras medidas anunciadas pelos governantes como capazes de levar a soluções milagrosas***, mas, na realidade, ineficientes.** *Pode também comentar o enfoque dado ao tema, elogiando ou criticando a maneira como o assunto foi tratado. (CEREJA; MAGALHÃES, 2005, p.144, grifo nosso)*

Compreendemos que os autores do livro didático vão muito além de oferecer as condições de produção ao aluno. Ao sugerir que o aluno compare "o novo sistema de registro de desmatamento comentado pela revista a outras medidas anunciadas pelos governantes", o livro direciona o olhar do aluno para um aspecto da matéria sobre a Amazônia, ou seja, silencia outras interpretações. Além disso, ao qualificar essas ditas "soluções milagrosas" do governo como "ineficientes", o livro adota o ponto de vista defendido pelo autor da matéria, que julga "ineficientes" todos os investimentos do governo na preservação dessa floresta.

Pela nossa análise, é possível constatar que o trabalho com a produção de textos argumentativos, assim como já demonstramos com as questões de "interpretação", é bastante limitado, já que, quando aparece, é mediado pelos autores do livro para que o sentido seja apenas um, evitando-se assim, uma interpretação "equivocada" por parte do aluno. Em outro capítulo analisado, "As cartas argumentativas de reclamação e de solicitação", também encontramos esse "excesso" de detalhamento nas propostas de produção textual:

(Ac08, 2013, p. 425)

Em (10), L1/E1 emite seu posicionamento desfavorável na direção de desconstruir a postura do livro em relação ao tratamento da produção textual, como demonstramos no quadro abaixo, para efeito de síntese.

Quadro 4 – Gerenciamento dos PdV conforme o excerto 10

PdV de e2 (o livro didático)	Refutação do PdV de e2 por L1/E1
O aluno produz o texto argumentativo ao serem dadas as condições de produção, que incluem fornecer texto base e apresentar o direcionamento do tema e do ponto de vista.	E2 silencia outros sentidos possíveis à abordagem do tema e limita o ponto de vistas dos alunos.

Fonte: elaboração própria

Sobre os contextos de imputação aqui analisados, chamamos atenção para o fato de que o posicionamento de desacordo tem respaldo, implícita ou explicitamente, em outros PdV alheios, os de autores representativos da teoria adotada nos artigos científicos (por exemplo, "Marcuschi", visto no excerto 09)

Considerando os excertos apresentados, podemos reiterar que uma das maneiras de a imputação suscitar a não assunção pelo conteúdo proposicional de um PdV é nas situações em que L1/E1 manifesta seu desacordo, ou seja, não deixa qualquer indício de engajamento, de comprometimento em relação ao que o outro disse, pensa ou defende. Essa operação, no entanto, não foi o que predominou, nem teve significativa frequência nos artigos científicos dos pesquisadores iniciantes. Dada a sua posição no campo científico, o pesquisador iniciante, sobretudo este a que estamos nos referindo (o aluno de graduação), se configura como um sujeito que se limita a reproduzir o saber e o aplica para a descrição e/ou interpretação de dados da realidade. Embora óbvio, esse dado é um indicador da necessidade de se relativizar as imposições que se costumam atribuir a esses estudantes, que certamente precisam de mais tempo de formação acadêmica para compreender o funcionamento do campo científico, as variadas espécies de gêneros de discurso que nele se situam, inclusive com suas hierarquias e contradições, os conceitos, postulados e procedimentos metodológicos da teoria adotada, entre muitos outros aspectos.

PdV anônimos e os indícios de uma pseudoneutralidade

Considerando o aporte teórico aqui adotado, entre as formas de materializar a não assunção da responsabilidade enunciativa está a expressão de neutralidade. Seria uma espécie de grau zero de indicação deste fenômeno, já que não fica evidente quem é o responsável pelo PdV, cujo conteúdo proposicional é relatado objetivamente em terceira pessoa, "de forma neutra", como diz Rabatel (2009), e corresponde ao que Adam (2011) designa como PdV anônimo. Essa é uma prática muito comum na escrita acadêmico-cientifica, mas, na verdade, trata-se de uma "pseudoneutralidade", porque, por mais objetivo e distanciado que se mostre L1/E1, a própria opção de usar a terceira pessoa verbal já aponta um posicionamento subjetivo, por exemplo, o de não se revelar, não se comprometer com o PdV, atribuindo-o à opinião comum, pertencente ao campo científico.

Semelhante aos casos de imputação analisados anteriormente, a "neutralidade" supõe que houve um reconhecimento por parte de L1/E1 do PdV de e2, que desta vez é um locutor-enunciador anônimo. A diferença é que L1/E1 não demonstra rejeitar ou aceitar o PdV alheio como válido, correto, incorreto, bom, ruim etc., ficando na situação intermediária entre a assunção e a não assunção.

Seguem abaixo três entre as ocorrências identificadas no *corpus* e que constituem, pois, o que estamos considerando como PdV anônimos e como expressão de um posicionamento neutro de L1/E1.

(11)

Para que o conhecimento de mundo efetive-se de forma satisfatória na vida do profissional de redação e revisão, faz-se necessário que ele saiba distinguir e usar adequadamente os gêneros textuais. Vale lembrar que gêneros textuais são tipos específicos de textos de diferentes naturezas, sejam eles literários ou não. As formas textuais (tipos de texto) constituem-se nas materialidades linguísticas reconhecidas socialmente: narrativas, argumentativas, descritivas, injuntivas, expositivas e dialogais, que circulam por meio de diversos gêneros textuais. Sob essa concepção, pode-se citar alguns exemplos de gêneros: anúncios, convites, atlas, avisos, programas de auditórios, bulas, cartas comerciais, cartazes, comédias, contos de fadas, crônicas, editoriais, ensaios, entrevistas, ofícios, decretos, discursos políticos, histórias, instruções de uso, letras de músicas, leis, mensagens, notícias. São textos que circulam em vários setores e têm uma função específica discursiva, sendo voltados para um público distinto e com características próprias. Segundo Marcuschi,

> o estudo dos gêneros textuais é uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais. Desde que não concebamos os gêneros como **modelos estanques** nem como **estruturas rígidas**, mas como **formas culturais e cognitivas de ação social** corporificadas de modo particular na linguagem, veremos os gêneros como entidades dinâmicas. Mas é claro que os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, do grau de formalidade ou da natureza dos temas, como bem lembra Bronckart (2001). Os gêneros limitam nossa ação na escrita. [...] Pois, assim como a língua varia, também os gêneros variam, adaptam-se, renovam-se e multiplicam-se. Em suma, hoje, a tendência é observar os gêneros pelo seu lado dinâmico, processual, social, interativo, cognitivo, evitando a classificação e a postura estruturais. (MARCUSCHI, 2011, p. 18-19, grifos do autor).

(Ac02, 2012, pp. 233–234)

Devido à forma impessoal do verbo, não está explícito quem assume o conteúdo que incide sobre "Vale lembrar" e "Sob essa concepção, pode-se citar". Todavia, como defendemos a ideia de uma pseudoneutralidade, é apenas provisoriamente que o anonimato do PdV se mantém no texto. Em primeiro lugar, para estes exemplos, admitimos a hipótese de uma "dupla voz" (PASSEGGI et al., 2010, p. 304): a voz advinda da teoria adotada no artigo científico (a teoria de gêneros, trazida pela mediação de "Marcuschi" e de outros autores) e a voz do autor do Ac02, que julga relevante lembrar ao seu leitor alguns aspectos sobre a natureza dos gêneros textuais. Em segundo lugar, concordamos com Rabatel (2009) quando afirma que todo PdV imputado requer uma posição de L1/E1. Não importa se imputado a uma opinião comum, a uma fonte anônima, o fato é que o discurso cobra uma posição daquele que profere o enunciado.

Ora, como mostramos anteriormente, predomina a manifestação de acordo em relação à teoria de base adotada nos artigos científicos analisados, o que sugere que L1/E1 compartilha a responsabilidade pelos PdV imputados a e2. Assim, o exame do contexto linguístico, como sugere Adam (2011), assegura que o conteúdo desses PdV aparentemente anônimos em (11) se encontra relacionado a um ou outro e2 citado no Ac02.

(12)

> O estudo de caso empreendido também nos levou a concluir, a partir da análise da produção escrita de alunos adultos, que a combinação gramatical pode refletir um lapso cometido pelo aluno que ainda não se acostumou com as convenções gramaticais da LE. Nesse sentido, a aprendizagem de LE é entendida com um processo em que o indivíduo precisa se desvincular gradualmente das estruturas de sua LM para, então, tornar-se proficiente na LE aprendida.
>
> **Cabe questionar** então, em que medida essa combinação gramatical funciona efetivamente como uma estratégia de aprendizagem ou indica apenas uma distração/dificuldade do aprendiz. Consideramos, portanto, que a resposta para esse questionamento é uma tarefa produtiva reservada para estudos futuros.
>
> (Ac03, 2012, p. 263)

A mobilização do verbo na forma impessoal em "Cabe questionar" torna o PdV anônimo, pois não evidencia quem questiona. Porém, ao deixar a resposta em aberto, o autor do Ac03 revela ser o locutor-enunciador da questão, que foi levantada por ele como forma de conduzir a reflexão acerca dos resultados obtidos na pesquisa. Nesse exemplo, consideramos também a possibilidade da voz dupla, tendo em vista que L1/E1 formula um questionamento levantado pela própria teoria de aquisição de segunda língua adotada por ele no Ac03.

(13)

> **Ao considerar** *que a mídia tem uma grande parcela de participação no processo de formação de identidade,* **pode-se afirmar que** *ela é fonte para uma análise da identidade dos sujeitos para os quais ela se dirige. Portanto, analisar a língua utilizada na mídia possibilita, também, enxergar traços da identidade desse sujeito que ela almeja alcançar*.
>
> (Ac04, 2012, p. 265)

Nesse trecho específico do Ac04, não está evidente o locutor-enunciador que assume pelo PdV de que "a mídia tem uma grande parcela de participação no processo de formação de identidade" e de que "ela é fonte para uma análise da identidade dos sujeitos para os quais ela se dirige". O contexto linguístico, dito e implicitado, é o que nos orienta a perceber que se trata de postulações assumidas pelo autor do Ac04, com base na teoria adotada. Essas duas postulações embasam o seu olhar para analisar o papel da mídia na construção de identidades.

A análise das ocorrências de PdV anônimos confirma o postulado de Rabatel (2009) de que a situação intermediária da neutralidade, embora teoricamente possível, não dura muito tempo. Como afirma o autor, o fato de L1/E1 *se afastar do seu dizer não indica uma ausência de PEC, mas uma tática de legitimidade que consiste em se apoiar sobre um responsável externo*[11] (RABATEL, 2009, p. 77, tradução nossa).

[11] [...] *s'effacer de son dire n'indique pas une absence de PEC, mais une tactique de légitimation qui consiste à s'appuyer sur un garant externe.*

No contexto desta pesquisa, apontamos o campo científico, as condições de produção e o próprio gênero de discurso como forças reguladoras dos atos enunciativos de L1/E1, exigindo a objetividade, o não engajamento subjetivo. Em contrapartida, o funcionamento da linguagem reverte essa "ilusão" e faz intervir, no fio textual/discursivo do gênero artigo científico, as marcas de um posicionamento teórico-metodológico assumido por seu autor. É nesse sentido que, na prática da relação do locutor-enunciador com a linguagem, não lhe é possível ficar o tempo todo neutro, sem tomar uma posição no discurso.

Na tabela abaixo, apresentamos dados quantitativos que auxiliam a análise qualitativa aqui realizada e, portanto, nos dão apoio para levantar algumas considerações sobre os posicionamentos emitidos por L1/E1 nos artigos científicos.

Tabela 1: Posicionamentos enunciativos em contextos de imputação nos artigos científicos de pesquisadores iniciantes

CÓD.	ACORDO	DESACORDO	NEUTRALIDADE	OCORRÊNCIAS POR ARTIGO CIENTÍFICO
Ac01	17	00	22	30
Ac02	34	-	14	37
Ac03	15	-	01	10
Ac04	30	-	05	32
Ac05	34	-	-	34
Ac06	13	-	07	18
Ac07	22	06	06	29
Ac08	16	02	01	21
Total	149	08	56	212

Fonte: elaboração própria

Os dados da tabela mostram que a posição de acordo, representativos da expressão de um laço de responsabilização com os PdV imputados, predomina nos artigos dos pesquisadores iniciantes (149 ocorrências), seguida da posição intermediária de "neutralidade" (58 ocorrências). Já o desacordo, que supõe a refutação de um PdV alheio, mostrou-se bem menos recorrente (apenas 8 ocorrências em dois artigos).

Na dimensão mais macro da pesquisa de doutoramento, a identificação das marcas linguísticas que sinalizam a imputação foram o discurso direto, o discurso indireto, o discurso direto com "que", a modalização em discurso segundo, formas de não-coincidência do discurso consigo mesmo (sinalizadas com aspas e itálico), entre outras. Neste artigo, demonstramos que, no contexto linguístico em que alguns desses elementos foram utilizados, estabelecem um laço de responsabilização evidenciado em diferentes partes do plano de texto do artigo científico: na introdução, quando o L1/E1 apresenta qual a filiação teórica do trabalho e anuncia quais os autores que seguirá; na seção teórica, quando se verifica que é feita uma síntese dos conceitos teóricos utilizados para fundamentar a análise de dados e, nos comentários acerca desses conceitos, L1/E1 reafirma os argumentos da teoria adotada (reproduz parafrasticamente o que ela diz, lhe dá validade e até enaltece, no sentido de torná-la importante). Já as demais posições assumidas por L1/E1, o questionamento/refutação da teoria e a pseudoneutralidade,

ocorreram em pontos muito específicos, a maior parte das vezes em função de uma palavra demarcada com aspas ou itálico sinalizando terminologia adotada por determinado autor, palavras de outra língua, ou palavras usadas por informantes da pesquisa.

PALAVRAS FINAIS

Conforme a análise feita, vimos que, ao imputar o conteúdo proposicional dos PdV a e2, mostrou-se mais recorrente a expressão de posicionamentos favoráveis por parte de L1/E1, em situações de retomadas, reformulações e comentários que reafirmam e validam o dizer do outro. Assim, os resultados revelam que o pesquisador iniciante instaura uma forma de diálogo com os PdV alheios direcionado para a responsabilização compartilhada (acordo parcial ou total).

Esses dados são sugestivos para a análise da construção da autoria nos textos acadêmico-científicos dos pesquisadores situados na posição de iniciantes. O foco sobre os movimentos de (não) assunção da responsabilidade enunciativa nos permitiu observar que esses pesquisadores constroem sua voz sob a dependência do dizer e, sobretudo, das palavras do outro (da teoria, de outros autores), tendo em vista os muitos contextos de imputação com acordo, os PdV formulados com palavras importadas de e2 e assumidos como próprios por integração sintática, as poucas constatações e comentários críticos particulares sobre o que esse outro diz, a ausência de explicações e acréscimos, e uma análise de dados que também vai ao encontro da validade da teoria adotada.

Porém, é preciso dizer que esses resultados não podem ser compreendidos fora do contexto de produção dos artigos científicos ou deslocados em relação à posição na qual se situa seus autores. Trata-se de uma posição relativa assumida por esses pesquisadores no campo científico e que por isso mesmo está sujeita a mudar, positivamente ou não, a depender da experiência vivenciada ao longo da jornada acadêmica, das intervenções recebidas de um profissional mais experiente durante o processo de escrita de textos e também das investidas individuais de sucesso e progresso.

Como contribuição para uma experiência produtiva com o ensino de gêneros na graduação que vise ao desenvolvimento de habilidades comunicativas do pesquisador iniciante no campo científico, especialmente o saber dialogar com o discurso do outro e assumir uma posição enunciativa própria, os resultados da pesquisa também são sugestivos para a aplicação didática de categorias linguísticas da responsabilidade enunciativa, a partir de um tratamento textual-discursivo das operações de citação no texto acadêmico, como propôs a pesquisa em sua versão macro (BERNARDINO, 2015).

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A linguística textual**: uma introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues et al. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2 ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, et al. Revisão técnica da tradução Eni Pulccinelli Orlandi Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: ____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Apresentação Marlene Teixeira; revisão técnica da tradução de Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, pp. 11-80.

____. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. Tradução de Daniel Costa da Silva. **Caleidoscópio**, v. 6, n. 2, pp. 107-119, mai./ago. 2008.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002. Disponível em: ‹http://pt.scribd.com/doc/58069225/Bakhtin-O-Discurso-No-Romance›. Acesso em: 21 mai. 2014.

____. (VOLOCHÍNOV, V. N.). Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006. (Original russo 1929).

BERNARDINO, R. A. S. **A responsabilidade enunciativa em artigos científicos de pesquisadores iniciantes e contribuições para o ensino da produção textual na graduação**. 2015. 286 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2015. Disponível em: ‹https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21000›. Acesso em: 17 set. 2016.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. 8 ed. Nova Veja: Limitada, 2012.

GUENTCHÉVA, Z. Manifestations de la catégorie du médiatif dans temps du français. Langue Française. n. 102, pp. 8-23, 1994.

NEVES, J. dos S. B. **Corre voz no jornalismo do início do século XX**: estudo semântico -enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

PASSEGGI, L. et al. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n) textual de sentido. In: LEITE, M. Q.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010, p. 262-312.

RABATEL, A. Le point de vue, une catégorie transversale. **Le Français aujourd'hui**, n. 151, p. 57-68, 2005. Disponível em: ‹http://www.cairn.info/publications-de-Rabatel-Alain--234.htm›. Acesso em: 04 jun. 2013.

____. Prise em charge et imputation, ou la prise em charge à responsabilité limitée... **Langue Française** – La notion de prise em charge em linguistique, n. 162, jun., pp. 3-27, 2009.

____. Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien et/ou vulgarisateur). **Revue d'anthropologie des connaissances**, pp. 505-525, 2010.

____. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: WANDER, E. (Org.). **A construção da opinião na mídia**. Tradução de Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013, pp. 19-66.